

# Mailson culpa Congresso pelo insucesso da política econômica

JOSÉ MEIRELLES PASSOS  
Correspondente

WASHINGTON — Quando os jornalistas lhe pediram ontem de manhã, na sede do Fundo Monetário Internacional, que justificasse o fato do índice da inflação brasileira ter tido um considerável aumento em março, apesar de estar em vigor um congelamento de preços, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, respondeu com um inesperado desabafo. Ele disse que a culpa do fracasso inicial (que ele preferiu chamar de “insucesso”) da atual política econômica não deve ser atribuída ao Governo, mas sim ao Congresso Nacional — e, em certa medida, à nova Constituição.

O Ministro disse que era preciso considerar que o País não vive mais sob um regime militar. E que, por isso, as regras hoje são outras. O Governo, em sua opinião, de vez em quando tem as suas mãos atadas pela própria sociedade brasileira.

— Não cabem ao Poder Executivo os insucessos da política econômica. A diferença do que acontecia no passado, o Ministério da Fazenda não possui todos os instrumentos e todas as faculdades para executar as políticas que julgue mais convenientes para combater a inflação — disse ele.

— A nova Constituição agrava sobremaneira a capacidade de se executar a política fiscal no Brasil, aumentou brutalmente as transferências de recursos para os Estados e municípios, ampliou os gastos sociais, e consolidou as regras de estabilidade do emprego público. Essas coisas criam dificuldades adi-

Arquivo 27/6/88



Mailson: Congresso bloqueia Governo

cionais — afirmou Mailson da Nóbrega.

O Ministro disse também que o Governo está consciente de que precisa reduzir o déficit público para conseguir abater a inflação. Mas que apesar da disposição do Ministério da Fazenda em tomar tal providência, o Poder Legislativo não permite que isso aconteça.

— Mais de 80% das despesas públicas hoje são incompressíveis. Não adianta o Governo querer cortar. É preciso se entender que a sociedade brasileira, através de seus representantes no Congresso Nacional, decidiu ampliar os benefícios aos funcionários públicos. E isso tem um preço. Não basta o Governo querer fazer cortes: do outro lado da rua há gente querendo o contrário — desabafou Mailson da Nóbrega.

Ele citou como exemplo o restabelecimento, pelo Congresso, de órgãos públicos que o Governo considerou desnecessários e tinha resolvido fechar — como o Incra, a Embrater e a

EBTU.

— Essas empresas eram inoperantes, mas os parlamentares decidiram mantê-las e isso foi recebido com festas, como uma manifestação de patriotismo. Só que atitudes como essa não contribuem em nada com nossa política... pelo contrário — disse o Ministro.

Segundo ele, ao se fazer uma análise da conjuntura atual é preciso comparar os resultados obtidos com a situação anterior para se chegar a uma conclusão justa. O Ministro disse que o Governo hoje opera “sob certas restrições ambientais”, citando como exemplo o prolongado período de quase estagnação que atravessa o País, e as dificuldades que o Poder Executivo enfrenta para implantar medidas adequadas para a estabilização econômica.

— Não vivemos mais sob um regime militar. Hoje temos outro ator no cenário, o Congresso Nacional, que nem sempre aceita o que para o Governo é um caminho adequado. O Congresso está rejeitando, por exemplo, o programa de privatização que foi proposto. Ele é mais modesto do que o do México, mas teria efeitos bastante eficazes — comentou Mailson.

Antes de participar de reuniões do chamado Grupo dos 24, que reúne os países em desenvolvimento, o Ministro teve encontros com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, e com o Presidente do Banco Mundial, Barber Conable. A primeira conversa foi mais longa do que se esperava. Em vez de durar 20, ela se prolongou por 45 minutos, no gabinete de Camdessus. A inflação foi o tema constan-

te. — Mostrei a ele que cumprimos todas as metas do programa acertado entre o Brasil e o FMI, com exceção da que se refere ao déficit nominal, porque a inflação ficou acima do que havíamos calculado. Pensávamos em algo em torno dos 18% no último semestre do ano passado, e o índice passou dos 20% — disse Mailson, sem revelar, no entanto, as reações de Camdessus (que tampouco se dispôs a comentar a conversa com os jornalistas).

No encontro com Barber Conable, na sede do Bird, foram discutidos os três projetos brasileiros que estão no banco. Falou-se sobre um financiamento de US\$ 300 a US\$ 500 milhões para a reforma do setor financeiro que, segundo o Ministro, está por ser analisado pela diretoria do Banco Mundial. Um porta-voz daquele organismo, porém, disse que o assunto só deverá chegar a esse nível daqui a três meses.

O segundo programa discutido por Mailson e Conable foi um empréstimo de US\$ 500 milhões para a reforma do setor de comércio exterior. Segundo ele, surgiu a possibilidade desse projeto vir a ser co-financiado pelo governo do Japão. O último assunto entre eles foi um empréstimo de US\$ 300 milhões para o setor elétrico: trata-se de um programa específico para garantir a proteção ambiental e promover uma utilização mais eficiente de energia no Brasil. Não se soube, porém, quando tais propostas seriam aprovadas. Pelas estimativas de técnicos do Bird, a última delas também sairia até junho. A que se refere ao comércio exterior, no entanto, passaria para o próximo ano fiscal do Bird — ou seja, a partir do segundo semestre deste ano.